

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME



CENSO

SISAN



SISTEMA NACIONAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL



**Análise dos dados e informações do Bloco de
Segurança Alimentar e Nutricional da Pesquisa de
Informações Básicas Municipais (MUNIC-IBGE) de 2023**

Realização:

Governo Federal

Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS

Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome – SECF/MDS

Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome

VALÉRIA TORRES AMARAL BURITY
Secretária Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome

ALEXANDRE ARBEX VALADARES
LUIZA TRABUCO
Diretores de Programa

ÉLCIO DE SOUZA MAGALHÃES
NATÁLIA GEBRIM DORIA
Coordenadores-Gerais

FERNANDO RABELLO P.DE ANDRADE
LEONARDO RAUTA MARTINS
MARCELO GALIZA P.DE SOUZA
Gerentes de Projeto

SÉRGIO RICARDO ISCHIARA
Chefe de Gabinete

FÁBIO CAMPOS SFREDO
Coordenador de Projeto

AUDREI DOS SANTOS SOARES
Chefe de Projeto II

ANDRÉ YOKOWO DOS SANTOS
JENIFER QUEILA DE SANTANA
JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA JÚNIOR
Coordenadores

ALINE MURAS DE OLIVEIRA PINO
Assistente Social

CAMILA LINCHE GONÇALVES LIMA
Consultora

AMANDA DA SILVA B.DE OLIVEIRA
LAURA SOLLÉRO DE PAULA
LILLIAN BENTO DE SOUZA
LORRAYNE TAVARES SOUZA
MARCOS ANTONIO V. FARIA
MARIA CLARA PAVÃO DA SILVA
PAULA FRIAS
RENATA BRAVIN DE ASSIS PINTO
Bolsistas

ANA BEATRIZ J. R. SILVA
Residente

BARBARA VIANA PASCOAL CHAVES
ELAINE CHAVES MENDANHA
GIULIA CATELLI Q. TRINDADE SILVA
IVANETE OLIVEIRA DA SILVA
RONALDA MARIA F.DE OLIVEIRA
TATIANA LANDIM
Apoio Administrativo

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA NOTA TÉCNICA
José Alexandre Jr.
Ana Beatriz Reis
Camila Linche
Amanda de Oliveira
Alexandre Valadares
Marcelo Galiza





Sumário Executivo

- Os dados analisados neste Censo foram extraídos do Bloco de Segurança Alimentar e Nutricional da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC-IBGE) e indicaram a presença dos componentes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) no território, revelando a situação institucional da agenda de segurança alimentar e nutricional (SAN) nos municípios brasileiros.
- Observou-se que cerca de metade dos municípios brasileiros (2.799) possuía uma estrutura/órgão gestor para a área de segurança alimentar e nutricional. Em 2.433 desses municípios, o órgão responsável pela agenda de SAN estava atrelado a outra secretaria, fosse integrando a competência principal, fosse participando como instância subordinada: em 3/5 dos casos, essa secretaria era a de Assistência Social, eventualmente incorporando a Segurança Alimentar no nome da pasta.
- Em relação aos marcos normativos, os dados encontrados demonstram que, em 2023, 1.836 municípios – ou seja, 1/3 do total – dispunham de lei de SAN vigente. Quanto aos Planos de SAN, 1.048 municípios, ou 18,8% do total, haviam Planos Municipais publicados.
- A MUNIC revelou ainda que 44,9% dos municípios possuíam um Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Comsea), mas apenas 27,9% desses conselhos estavam ativos. Além disso, as Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisans) estavam presentes em 1.034 municípios, o que corresponde a 18,6% do total.
- Em relação aos equipamentos de SAN, 3.689 municípios possuíam feiras livres/populares ou mercados públicos de alimentos, sendo que destes, 87,9% mantinham tais equipamentos exclusivamente com recursos municipais. Por outro lado, 429 municípios dispunham de centros de abastecimento ou entrepostos. Os bancos de alimentos estavam presentes em 581 municípios (10,4% do total), as cozinhas comunitárias em 512 (9,2%) e os restaurantes populares em 387 (6,9%). No caso dos bancos de alimentos e cozinhas comunitárias, pouco mais da metade dos municípios que dispunham desses equipamentos, o custeio era realizado somente com recursos municipais.

- Revelou-se também que 2.796 municípios mantinham atividades de apoio à produção orgânica ou agroecológica, sendo que 61,1% deles utilizavam recursos próprios para realização. Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para agricultores familiares estavam presentes em 3.857 municípios, com 37,9% deles utilizando recursos próprios para sua implementação. Além disso, 2.010 municípios realizavam a doação de alimentos para grupos específicos, sendo que 38,8% deles contavam exclusivamente com recursos próprios para essa ação.
- Quanto às estratégias de SAN voltadas para público específico, notou-se que 81% dos municípios ofereciam atividades específicas para o público do Cadastro Único (CadÚnico) e/ou do Bolsa Família; na maior parte dos casos, essas atividades diziam respeito ao encaminhamento das famílias para os serviços de assistência, saúde e educação.
- 81,1% dos municípios reportaram a oferta de atividades de educação alimentar e nutricional; 44,2% deles têm programas de hortas escolares. A proporção dos que apoiavam a agricultura urbana era de 23,1%; destes, 85% somente com recursos municipais. Os programas de compras públicas da agricultura familiar são operados pela quase totalidade dos municípios (96,1%), grande parte em virtude do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e da exigência que determina que, no mínimo, 30% dos recursos federais transferidos para a alimentação escolar sejam destinados à compra de produtos da agricultura familiar.
- O panorama oferecido pela MUNIC mostra o papel dos municípios na consolidação dos componentes do Sisan no território e permite traçar estratégias para a expansão e qualificação da oferta de ações, equipamentos e serviços de segurança alimentar e nutricional em todo o país.



Apresentação

Em 2023, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), levantou, em um bloco específico, registros sobre a dinâmica e funcionamento das políticas públicas e das estruturas administrativas relativas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) nos municípios brasileiros. Uma vez que a MUNIC abarcou a totalidade dos municípios, pode-se dizer que seus resultados lançam uma perspectiva censitária sobre o grau de institucionalização do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) no país.

Esse panorama da presença dos componentes do SISAN nos municípios foi construído no âmbito das ações e metas do Plano Brasil Sem Fome. Além disso, integra o conjunto de esforços por meio dos quais o governo brasileiro, desempenhando papel protagonista na Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, tem procurado divulgar iniciativas, ações e indicadores estratégicos para o enfrentamento da fome.

A perspectiva abordada na pesquisa abrange desde a identificação dos órgãos administrativos responsáveis por agenda de segurança alimentar, passando pelas leis, planos, conselhos e câmaras que a organizam, até chegar aos equipamentos e ações que viabilizam o desenvolvimento das estratégias de segurança alimentar e nutricional (SAN) no âmbito municipal. Vale ressaltar que a MUNIC é elaborada a partir de um formulário específico, direcionado às administrações municipais, e os dados coletados refletem as informações fornecidas pelas prefeituras.

Paralelamente à MUNIC, o IBGE realizou também a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (ESTADIC), com os mesmos objetivos, mas os resultados desse levantamento não são objeto desta Nota Técnica. As seções que a compõem examinam exclusivamente *os dados dos municípios*, e estes foram *agrupados por estado* apenas para efeitos de análise.



Os resultados apresentados nesta análise percorrem três níveis principais:

- a) a institucionalização da SAN nos municípios, buscando identificar suas estruturas (Secretarias, Conseas, Câmaras Intersetoriais de SAN) e seus normativos (Leis e Planos de SAN);
- b) os equipamentos e ações de SAN em funcionamento nos municípios; e
- c) as principais fontes de recursos (federais, estaduais e municipais) que apoiam o funcionamento desses equipamentos e ações em âmbito municipal.

Entre setembro de 2024 e fevereiro de 2025, uma nova edição da MUNIC foi a campo, levando um Suplemento especial de SAN, fruto de uma parceria entre o IBGE e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). O questionário aplicado ampliou o escopo da pesquisa realizada em 2023, aprofundando informações sobre o número de pessoas/famílias atendidas, o quantitativo de recursos financeiros destinado às políticas de SAN e a cobertura de atendimento das ações e equipamentos de SAN nos municípios. Os resultados dessa pesquisa estarão disponíveis no segundo semestre de 2025 e serão objeto de uma Nota Técnica complementar.

Por fim, é importante informar que os dados analisados a seguir são públicos e podem ser acessados na sua integralidade por meio da página do IBGE.¹ Esta Nota não esgota as possibilidades de cruzamento e análise das informações disponíveis.

¹ Ver: www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html





1.

A institucionalização da SAN nos municípios: estruturas e normativos

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) é uma estrutura de políticas públicas que busca promover a descentralização das ações entre os diferentes níveis de governo, com o objetivo de garantir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no Brasil. A governança do SISAN envolve a articulação entre os três níveis da federação por meio das principais instâncias do sistema:

- i) Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan): colegiado responsável por integrar de forma intersetorial os órgãos e entidades da administração pública federal nas áreas de soberania alimentar, SAN, sistemas alimentares e combate à fome;
- ii) Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea): órgão consultivo que promove o diálogo entre o governo e a sociedade civil sobre questões relacionadas à SAN;
- iii) Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional: espaços participativos onde a sociedade civil e o governo se reúnem para estabelecer diretrizes e prioridades para a agenda de SAN nos anos seguintes, realizadas a cada quatro anos.

Para regulamentar o funcionamento do SISAN e das políticas de SAN no município, existe a **Lei Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**, que deve abordar, entre outros pontos, a criação da Política Municipal de SAN, a formação dos componentes municipais do SISAN e as diretrizes para o funcionamento do Sistema no município. Além da Lei, os municípios também elaboram os **Planos de SAN**, instrumentos de gestão que definem metas, ações, prazos, responsáveis e orçamentos necessários para a execução das políticas de segurança alimentar.

Assim, com objetivo de fornecer um panorama inicial da política de segurança alimentar e nutricional no país, a primeira parte desta Nota Técnica propõe uma análise dos dados dos municípios, agrupados por Unidade da Federação (UF), utilizando as variáveis que se demonstraram mais relevantes – por concentrarem maior número de respostas – e comparando seus resultados.

1. 1. Estrutura Administrativa

O primeiro elemento caracterizador do grau de institucionalidade das políticas de SAN nos municípios diz respeito ao lugar delas na estrutura administrativa estadual. Os dados da pesquisa mostram que, em 2023, **cerca de metade dos municípios brasileiros – 2.799 – possuíam uma estrutura ou órgão gestor específico na área de segurança alimentar e nutricional**. No entanto, deste total, apenas 18 municípios tinham uma secretaria exclusiva para a área de SAN. **Na maioria dos municípios em que existia uma estrutura ou órgão responsável pela área de SAN, esta funcionava como um setor subordinado a alguma outra secretaria: era o caso em 2.433 municípios**, o equivalente a 86,9% do total entre aqueles que possuíam estrutura ou órgão gestor de SAN ou, como se vê na tabela 1, **o equivalente a 43,7% dos municípios do país**. Nos outros municípios em que existe estrutura ou órgão gestor de SAN, este estava subordinado diretamente à chefia do Executivo (em 101 municípios), integrava uma secretaria municipal em conjunto com outras políticas (em 115), era um órgão da administração indireta (em 2) ou estava sob alçada da Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) do município (em 130 deles).





Tabela 1. Estrutura organizacional responsável pela segurança alimentar e nutricional no município. Brasil, 2023.

UF	Secretaria Exclusiva		Setor subordinado a outra secretaria	
	Nº de municípios	%	Nº de municípios	%
AC	0	0,0%	12	54,5%
AL	0	0,0%	38	37,3%
AM	1	1,6%	23	37,1%
AP	0	0,0%	16	100,0%
BA	0	0,0%	232	55,6%
CE	0	0,0%	136	73,9%
DF	0	0,0%	1	100,0%
ES	0	0,0%	43	55,1%
GO	1	0,4%	74	30,1%
MA	2	0,9%	110	50,7%
MG	1	0,1%	324	38,0%
MS	0	0,0%	16	20,3%
MT	0	0,0%	32	22,7%
PA	0	0,0%	92	63,9%
PB	0	0,0%	111	49,8%
PE	1	0,5%	100	54,1%
PI	1	0,4%	96	42,9%
PR	5	1,3%	230	57,6%
RJ	0	0,0%	38	41,3%
RN	0	0,0%	71	42,5%
RO	0	0,0%	15	28,8%
RR	0	0,0%	5	33,3%
RS	0	0,0%	184	37,0%
SC	0	0,0%	83	28,1%
SE	2	2,7%	41	54,7%
SP	4	0,6%	209	32,4%
TO	0	0,0%	101	72,7%
Brasil	18	0,3%	2.433	43,7%

Fonte: MUNIC-IBGE, 2023.

Ainda no âmbito da estrutura administrativa estadual, **verificou-se que em 64,1% dos 2.433 municípios nos quais o órgão gestor de SAN estava subordinado ou integrado a outra secretaria, essa secretaria era a de Assistência Social.** Nos demais casos, em 22,8% dos municípios, o órgão gestor de SAN estava subordinado à Secretaria de Agricultura.

No que tange aos resultados agrupados por estado, destaca-se que os municípios com secretaria exclusiva de SAN estavam situados, sobretudo, no Paraná (5), em São Paulo (4), Sergipe e Maranhão (2 municípios em cada estado) e Amazonas, Minas Gerais, Goiás, Pernambuco e Piauí (1 município em cada estado). Em relação à estrutura ou órgão gestor de SAN subordinado a outra secretaria, observa-se que esse arranjo é mais comum nos municípios do Ceará (73,9%), Tocantins (72,7%) e Pará (63,9%).

Em síntese, portanto, pode-se afirmar que, em 2023, apenas metade dos municípios do país dispunham de uma estrutura ou órgão gestor de SAN. Dentre esses municípios, a maioria adotou o modelo em que este órgão ou a estrutura de SAN estava subordinada à Secretaria de Assistência Social.

1.2 Normativos

A existência de Leis Municipais de SAN e de Planos Municipais de SAN foi outra dimensão importante investigada pela MUNIC-IBGE. É importante ressaltar que os planos de SAN têm vigência limitada a 4 anos. Nesse sentido, sua existência oferece indícios de que a agenda de SAN no município está atualizada.

A tabela 2 mostra que, em 2023, **1.836 municípios – ou seja, 1/3 do total – dispunham de lei de SAN vigentes.**² Paraná (84,0%), Tocantins (66,9%) e Pará (64,6%) foram os estados com maior proporção de municípios que têm Leis Municipais de SAN vigentes. Em contrapartida, Goiás (7,7%), Alagoas (9,8%) e Mato Grosso (12,1%) registraram menor proporção de municípios com Lei de SAN.

Em relação aos Planos de SAN, observou-se que, **em 2023, 1.048 municípios (18,8% do total) apresentaram um Plano Municipal de SAN.** Além do Amapá, cujos dezesseis municípios têm plano de

2 Em 97 municípios do país, a Lei municipal de SAN encontra-se em tramitação





SAN, merecem destaque os estados do Paraná e do Maranhão, com 49,1% e 38,2% de municípios, respectivamente, com planos de SAN vigentes.

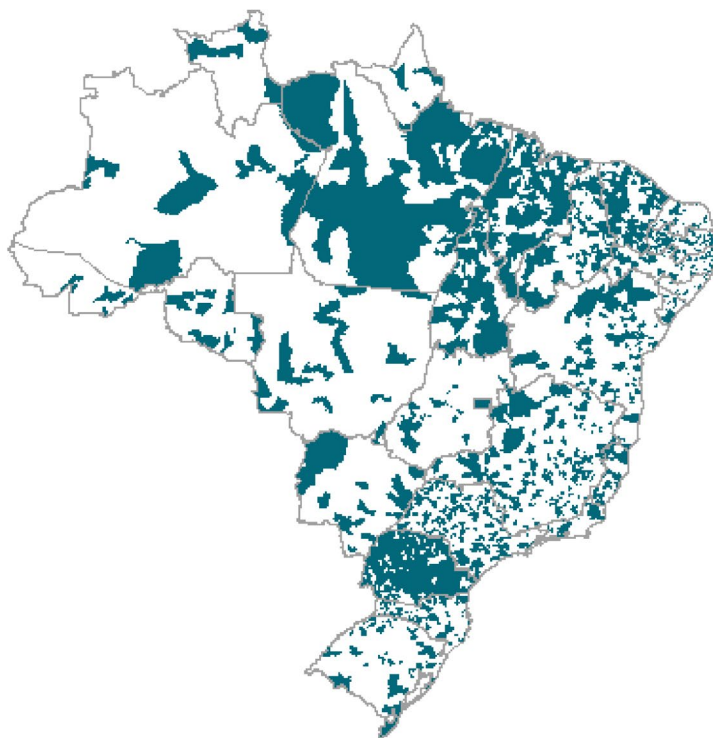
Tabela 2. Municípios que possuem Lei Municipal de SAN e Plano de SAN vigentes. Brasil, 2023.

UF	Possui Lei de SAN		Possui PlanSAN	
	Nº de municípios	%	Nº de municípios	%
AC	4	18,2%	3	13,6%
AL	10	9,8%	7	6,9%
AM	12	19,4%	12	19,4%
AP	4	25,0%	16	100,0%
BA	91	21,8%	46	11,0%
CE	105	57,1%	51	27,7%
DF	1	100,0%	1	100,0%
ES	30	38,5%	10	12,8%
GO	19	7,7%	34	13,8%
MA	124	57,1%	83	38,2%
MG	193	22,6%	134	15,7%
MS	13	16,5%	9	11,4%
MT	17	12,1%	19	13,5%
PA	93	64,6%	31	21,5%
PB	96	43,0%	38	17,0%
PE	51	27,6%	33	17,8%
PI	82	36,6%	35	15,6%
PR	335	84,0%	196	49,1%
RJ	23	25,0%	14	15,2%
RN	28	16,8%	26	15,6%
RO	9	17,3%	4	7,7%
RR	4	26,7%	3	20,0%
RS	67	13,5%	54	10,9%
SC	75	25,4%	47	15,9%
SE	32	42,7%	12	16,0%
SP	225	34,9%	91	14,1%
TO	93	66,9%	39	28,1%
Brasil	1836	33,0%	1048	18,8%

Fonte: MUNIC-IBGE

A distribuição territorial dos municípios que, em 2023, possuíam a Lei de SAN vigente e aqueles com Plano de SAN é apresentada nas Figuras 1 e 2, a seguir.

Figura 1. Distribuição dos Municípios com Lei de SAN vigente. Brasil, 2023.

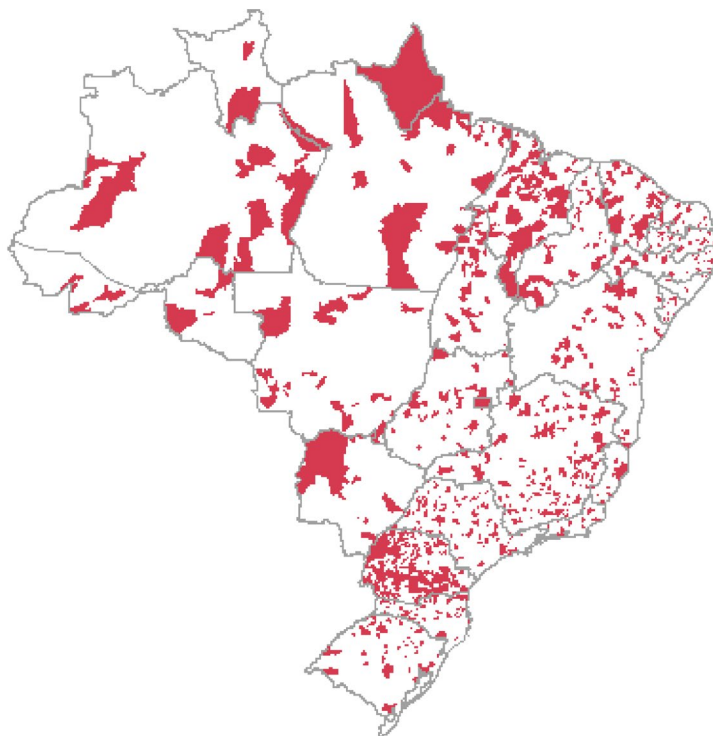


Fonte: MUNIC-IBGE





Figura 2. Distribuição dos Municípios com plano de SAN vigente. Brasil, 2023



Fonte: MUNIC-IBGE

1.3. Instância do SISAN

Outro aspecto abordado na pesquisa refere-se aos dados sobre o funcionamento das instâncias do SISAN nos municípios. Em relação aos conselhos municipais de SAN (Comsea), os registros coletados fornecem informações sobre a existência ou não desses conselhos nos municípios, bem como sobre sua situação de atividade, classificando-os como “ativo”, “inativos” ou “não instalados”. Como mostra a Tabela 3, verificou-se que, em 2023, 2.503 municípios brasileiros (44,9%) possuíam Comsea na sua estrutura administrativa, no entanto, em apenas 1.556 destes (27,9% do total do país), os Comseas estavam ativos. O Paraná se destacou com a maior proporção de municípios com Consea ativo (83,2%), seguido por Tocantins (67,6%), Ceará (58,2%), Pará e Amapá (56,3%). Por outro lado, Sergipe (22,7%) e Santa Catarina (20%) apresentaram os maiores percentuais de municípios com conselhos inativos, enquanto

Espírito Santo (10,3%) e São Paulo (10,1%) registraram as maiores proporções de municípios sem Conseas instalados.

Tabela 3. Existência e situação dos Conselhos Municipais de SAN.
Brasil, 2023.

UF	Possui Consea		Ativo		Inativo		Não instalado	
	Nº de municípios	%	Nº de municípios	%	Nº de municípios	%	Nº de municípios	%
AC	5	22,7%	4	18,2%	0	0,0%	1	4,6%
AL	11	10,8%	6	5,9%	4	3,9%	1	1,0%
AM	18	29,0%	10	16,1%	5	8,1%	3	4,8%
AP	10	62,5%	9	56,3%	1	6,3%	0	0,0%
BA	118	28,3%	55	13,2%	50	12,0%	13	3,1%
CE	136	73,9%	107	58,2%	22	12,0%	7	3,8%
DF	1	100,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
ES	48	61,5%	28	35,9%	12	15,4%	8	10,3%
GO	62	25,2%	24	9,8%	30	12,2%	8	3,3%
MA	133	61,3%	97	44,7%	28	12,9%	8	3,7%
MG	279	32,7%	123	14,4%	139	16,3%	17	2,0%
MS	14	17,7%	4	5,1%	10	12,7%	0	0,0%
MT	40	28,4%	21	12,8%	21	14,9%	1	0,7%
PA	96	66,7%	81	56,3%	10	6,9%	5	3,5%
PB	106	47,5%	64	28,7%	35	15,7%	7	3,1%
PE	78	42,2%	45	24,3%	19	10,3%	14	7,6%
PI	82	36,6%	28	12,5%	43	19,2%	11	4,9%
PR	362	90,7%	332	83,2%	15	3,8%	15	3,8%
RJ	39	42,4%	23	25,0%	11	12,0%	5	5,4%
RN	37	22,2%	20	12,0%	10	6,0%	7	4,2%
RO	16	30,8%	7	13,5%	8	15,4%	1	1,9%
RR	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
RS	128	25,8%	75	15,1%	39	7,9%	14	2,8%
SC	141	47,8%	68	23,1%	59	20,0%	14	4,8%
SE	43	57,3%	22	29,3%	17	22,7%	4	5,3%
SP	374	58,0%	211	32,7%	98	15,2%	65	10,1%
TO	126	90,7%	94	67,6%	26	18,7%	6	4,3%
Brasil	2.503	44,9%	1.556	27,9%	712	12,8%	235	4,2%

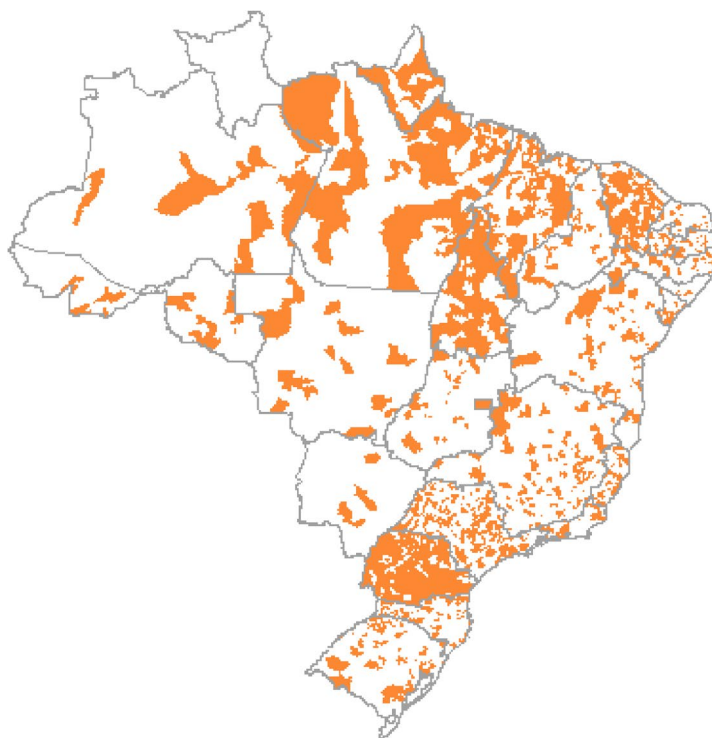
Fonte: MUNIC-IBGE





A Figura 3 apresentada a seguir ilustra a disposição dos municípios no país com Comsea ativo no território.

Figura 3. Distribuição dos Municípios com Comsea ativo. Brasil, 2023.



Fonte: MUNIC-IBGE

Ainda em relação às informações dos conselhos, outro dado levantado pela MUNIC diz respeito à sua composição. **O Decreto nº 7.272/2010, que regulamenta a lei 11.346/2006, determina que os conselhos municipais de SAN devem ser compostos de 2/3 de membros da sociedade civil e 1/3 de representantes do governo.** Os dados revelaram que, em 2023, **do total de 1.556 Conseas instalados e ativos, 1.088 (cerca de 70%) obedeciam a tal composição.** Em 396 municípios (¼ dos que possuíam conselhos ativos), a composição era paritária. Entre os estados, aqueles que apresentaram a maior proporção de municípios com conselhos em conformidade com a lei — ou seja, com 2/3 de membros da sociedade civil e 1/3 de representantes do governo — eram Paraná (com 67,9% dos municípios), Pará (com 47,2% dos municípios) e Ceará (43,5% dos municípios), conforme apresentado na tabela 4.

Tabela 4. Composição dos conselhos municipais de SAN ativos.
Brasil, 2023.

UF	Conse- lho Ativo	Composição de sociedade civil e governo		Composição Paritária		Composição com maior representação do governo		Outra composição/ Não informou	
		Nº de mu- nicípios	%	Nº de mu- nicípios	%	Nº de mu- nicípios	%	Nº de mu- nicípios	%
AC	4	3	13,6%	0	0,0%	1	4,6%	0	0,0%
AL	6	5	4,9%	1	1,0%	0	0,0%	0	0,0%
AM	10	6	9,7%	4	6,5%	0	0,0%	0	0,0%
AP	9	0	0,0%	9	56,3%	0	0,0%	0	0,0%
BA	55	42	10,1%	12	2,9%	0	0,0%	1	0,2%
CE	107	80	43,5%	25	13,6%	1	0,5%	1	0,5%
DF	1	1	100%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
ES	28	21	26,9%	6	7,7%	0	0,0%	1	1,3%
GO	24	17	6,9%	5	2,0%	2	0,8%	0	0,0%
MA	97	68	31,3%	21	9,7%	6	2,8%	2	0,9%
MG	123	73	8,6%	46	5,4%	2	0,2%	2	0,2%
MS	4	4	5,1%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
MT	18	6	4,3%	10	7,1%	1	0,7%	2	1,4%
PA	81	68	47,2%	13	9,0%	0	0,0%	0	0,0%
PB	64	40	17,9%	20	9,0%	2	0,9%	2	0,9%
PE	45	26	14,1%	16	8,7%	2	1,1%	1	0,5%
PI	28	16	7,1%	9	4,0%	2	0,9%	1	0,5%
PR	332	271	67,9%	54	13,5%	1	0,3%	6	1,5%
RJ	23	21	22,8%	2	2,2%	0	0,0%	1	1,1%
RN	20	8	4,8%	11	6,6%	0	0,0%	1	0,6%
RO	7	2	3,9%	5	9,6%	0	0,0%	2	3,9%
RR	0	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
RS	75	39	7,9%	27	5,4%	3	0,6%	10	2,0%
SC	68	47	15,9%	17	5,8%	1	0,3%	3	1,0%
SE	22	16	21,3%	5	6,7%	1	1,3%	0	0,0%
SP	211	160	24,8%	37	5,7%	12	1,9%	2	0,3%
TO	94	48	34,5%	41	29,5%	4	2,9%	1	0,7%
Brasil	1.556	1088	19,53%	396	7,11%	41	0,74%	39	0,70%

Fonte: MUNIC-IBGE





Além dos conselhos, a pesquisa também investigou a existência de câmara ou instância governamental de articulação intersetorial dos programas e ações de segurança alimentar e nutricional no âmbito municipal – as Caisans municipais. No mapa 4 , pode-se observar como os **1.034 municípios brasileiros (18,6% do total) que têm Caisans** estão distribuídos no território nacional. A tabela 5 detalha essa distribuição entre os estados e revela, ainda, quantos municípios em cada UF apoiam o funcionamento da CAISAN com recursos orçamentários.

Figura 4. Distribuição dos Municípios com CAISAN. Brasil, 2023.



Fonte: MUNIC-IBGE

Tabela 5. Municípios com Caisan e com recursos orçamentários que apoiam o funcionamento da Caisan municipal. Brasil, 2023.

UF	Possui CAISAN		Apoiam com recursos orçamentários municipais o funcionamento da CAISAN	
	Nº de municípios	%	Nº de municípios	%
AL	5	4,9%	3	2,9%
AM	8	12,9%	6	9,7%
AP	16	100,0%	16	100,0%
BA	45	10,8%	11	2,6%
CE	73	39,7%	31	16,8%
DF	1	100	1	100%
ES	15	19,2%	6	7,7%
GO	11	4,5%	5	2,0%
MA	93	42,9%	38	17,5%
MG	86	10,1%	31	3,6%
MS	6	7,6%	2	2,5%
MT	8	5,7%	6	4,3%
PA	70	48,6%	25	17,4%
PB	42	18,8%	16	7,2%
PE	21	11,3%	10	5,4%
PI	23	10,3%	9	4,0%
PR	280	70,2%	77	19,3%
RJ	14	15,2%	3	3,3%
RN	5	2,9%	4	2,4%
RO	7	13,5%	4	7,7%
RR	2	13,3%	0	0%
RS	36	7,2%	13	2,6%
SC	42	14,2%	15	5,1%
SE	11	14,7%	5	6,7%
SP	81	12,6%	21	3,3%
TO	33	23,7%	11	7,9%
Brasil	1034	18,6%	368	6,6%

Fonte: MUNIC-IBGE





Além de apresentar o número de municípios por estado que, em 2023, apresentaram Caisan na sua estrutura organizacional, a tabela 5 também detalha a proporção de municípios por UF com recursos orçamentários para apoiar o funcionamento dessa instituição. Os estados com os maiores percentuais de municípios que destinaram recursos próprios para o funcionamento da Caisan municipal foram o Amapá (100,0%), o Paraná (19,3%) e o Maranhão (17,5%). Em termos nacionais, apenas 6,6% dos municípios brasileiros alocaram recursos para o funcionamento de suas Caisans. Além disso, considerando apenas os municípios que possuem Caisans (1.034), pouco mais de 1/3 deles (35,5%) destinaram recursos próprios para o seu funcionamento.

2.

Estratégias de SAN nos municípios

2.1 Equipamentos de SAN e abastecimento alimentar

A MUNIC-IBGE também levantou informações sobre o conjunto de equipamentos públicos de fornecimento e abastecimento alimentar que os municípios mantêm no campo da segurança alimentar e nutricional.

Em relação aos equipamentos relacionados ao abastecimento alimentar os dados divulgados referem-se **à presença de feiras livres e populares ou mercados públicos** nos municípios, bem como **centros de abastecimentos e companhias de entrepostos e armazéns**. Eles são considerados fundamentais para a promoção da segurança alimentar nos territórios, pois fortalecem o acesso a alimentos in natura e minimamente processados, descentralizam o abastecimento alimentar e estimulam a economia local.

Já as informações coletadas sobre os **equipamentos de SAN relacionam-se aos** espaços e estruturas físicas destinados à prestação de serviços que incluem a captação, produção, preparo, oferta, distribuição e comercialização de refeições e/ou gêneros alimentícios, sendo considerados instrumentos essenciais para o combate à fome no país. Compõem a rede de equipamentos públicos de SAN:

- **Bancos de alimentos:** estruturas físicas e logísticas voltadas a combater o desperdício de alimentos por meio da captação, seleção e destinação de alimentos a famílias em vulnerabilidade social.
- **Cozinhas comunitárias:** equipamentos de SAN que têm por objetivo produzir e disponibilizar, de forma gratuita ou a baixo custo, refeições adequadas e saudáveis, com prioridade para pessoas em situação de vulnerabilidade social: cada cozinha comunitária fornece, no mínimo, 100 refeições diárias;





- **Restaurantes populares:** equipamentos públicos voltados à produção e à oferta de refeições prontas, adequadas e saudáveis e a preços acessíveis, à população de baixa renda, geralmente em municípios com mais de 100 mil habitantes que apresentem elevado número de pessoas em situação de pobreza.

A MUNIC revelou a presença de **feiras livres/populares ou mercados públicos de alimentos** em **66,2% dos municípios do país** mantinham esses equipamentos. Nos estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Sergipe, mais de 80% dos municípios reportaram a existência de feiras livres/populares ou mercados públicos de alimentos (Tabela 6).

No que diz respeito aos centros de abastecimento e as companhias de entrepostos e armazéns, notou-se que **essas estruturas estavam presentes em 429 (7,7%) municípios do país**, destacando os estados de Tocantins (25,9%), Maranhão (18,9%) e Bahia (17,3%) entre aqueles com maiores percentuais de municípios com tais equipamentos.

Tabela 6: Municípios que mantêm feiras livres/populares ou mercados públicos de alimentos, por UF, 2023.

UF	Manutenção de feiras livres/ populares ou mercados públicos de alimentos	
	Nº de municípios	%
AC	18	81,8%
AL	82	80,4%
AM	51	82,3%
AP	7	43,8%
BA	360	86,3%
CE	140	76,1%
DF	1	100,0%
ES	61	78,2%
GO	176	71,5%
MA	158	72,8%
MG	595	69,8%
MS	67	84,8%
MT	97	68,8%
PA	105	72,9%
PB	167	74,9%
PE	164	88,6%
PI	119	53,1%
PR	238	59,6%
RJ	58	63,0%
RN	120	71,9%
RO	36	69,2%
RR	9	60,0%
RS	265	53,3%
SC	112	38,0%
SE	67	89,3%
SP	326	50,5%
TO	90	64,7%
Brasil	3.689	66,2%

Fonte: MUNIC-IBGE

Tabela 7: Municípios que mantêm equipamentos de abastecimento público de alimentos (CEASAS, entrepostos), por UF, 2023.

UF	Manutenção de equipamentos de abastecimento público de alimentos (CEASAS, entrepostos)	
	Nº de municípios	%
AC	3	13,6%
AL	10	9,8%
AM	6	9,7%
AP	1	6,3%
BA	72	17,3%
CE	18	9,8%
DF	1	100,0%
ES	6	7,7%
GO	3	1,2%
MA	41	18,9%
MG	36	4,2%
MS	5	6,3%
MT	3	2,1%
PA	13	9,0%
PB	16	7,2%
PE	20	10,8%
PI	6	2,7%
PR	45	11,3%
RJ	12	13,0%
RN	15	9,0%
RO	3	5,8%
RR	0	0,0%
RS	12	2,4%
SC	6	2,0%
SE	5	6,7%
SP	35	5,4%
TO	36	25,9%
Brasil	429	7,7%

Fonte: MUNIC-IBGE





As figuras 5 e 6 abaixo demonstram, na sequência, a distribuição territorial dos municípios com manutenção de feiras livres/populares ou mercados públicos de alimentos e dos municípios com manutenção de equipamentos de abastecimento público de alimentos, respectivamente.

Figura 5. Distribuição dos Municípios com manutenção de feiras livres/populares ou mercados públicos de alimentos. Brasil, 2023.



Fonte: MUNIC-IBGE

Figura 6. Distribuição dos Municípios com manutenção de equipamentos de abastecimento público de alimentos. Brasil, 2023.



Fonte: MUNIC-IBGE

Quanto à existência dos equipamentos públicos de SAN, a MUNIC também levantou dados sobre a presença de bancos de alimentos, cozinhas comunitárias e restaurantes populares nos municípios brasileiros. **As tabelas 8, 9 e 10 mostram que, em 2023, os bancos de alimentos estavam presentes em 581 municípios (10,4%), as cozinhas comunitárias em 512 (9,2%) e os restaurantes populares em 387 (6,9%).**

Em relação aos bancos de alimentos, Amapá (75,0%) e Roraima (20,0%) se destacam com a maior proporção de municípios dotados desse tipo de equipamento, mas, em números absolutos, vale citar Minas Gerais (123 municípios com bancos de alimentos), São Paulo (67), Rio Grande do Sul (42) e Bahia (37) e Ceará (31). Pernambuco se destaca como o estado com maior proporção de municípios com cozinhas comunitárias (51,4% das cidades pernambuco).





bucanas têm, ao menos, uma), seguido do Ceará (37,5%) e São Paulo (12,7% ou 82 municípios com cozinhas). Maranhão, por sua vez, responde pelo maior número absoluto e relativo de restaurantes populares: eles estão presentes em 103 cidades do estado, o equivalente a 47,5% do total. Paraíba (23,8%) e Amazonas (22,6%) vêm em seguida com maiores proporções de municípios com restaurantes populares.

Tabela 8: Municípios que mantêm Bancos de Alimentos, por UF, 2023

UF	Bancos de Alimentos (BAs)	
	Nº de municípios	%
AC	1	4,6%
AL	9	8,8%
AM	6	9,7%
AP	12	75,0%
BA	37	8,9%
CE	31	16,9%
DF	1	100,0%
ES	11	14,1%
GO	25	10,2%
MA	27	12,4%
MG	123	14,4%
MS	5	6,3%
MT	13	9,2%
PA	11	7,6%
PB	31	13,9%
PE	25	13,5%
PI	11	4,9%
PR	30	7,5%
RJ	13	14,1%
RN	10	6,0%
RO	3	5,8%
RR	3	20,0%
RS	42	8,5%
SC	13	4,4%
SE	5	6,7%
SP	67	10,4%
TO	16	11,5%
Brasil	581	10,4%

Fonte: MUNIC-IBGE

Tabela 9: Municípios que mantêm Cozinhas Comunitárias, por UF, 2023

UF	Cozinhas Comunitárias (CCs)	
	Nº de municípios	%
AC	0	0,0%
AL	9	8,8%
AM	5	8,1%
AP	2	12,5%
BA	38	9,1%
CE	69	37,5%
DF	0	0,0%
ES	4	5,1%
GO	13	5,3%
MA	19	8,8%
MG	30	3,5%
MS	2	2,5%
MT	5	3,6%
PA	6	4,2%
PB	21	9,4%
PE	95	51,4%
PI	3	1,3%
PR	47	11,8%
RJ	5	5,4%
RN	8	4,8%
RO	1	1,9%
RR	0	0,0%
RS	29	5,8%
SC	7	2,4%
SE	2	2,7%
SP	82	12,7%
TO	10	7,2%
Brasil	512	9,2%

Fonte: MUNIC-IBGE

Tabela 10: Municípios que mantêm Restaurantes Populares, por UF, 2023

UF	Restaurantes Populares (RPs)	
	Nº de municípios	%
AC	2	9,1%
AL	5	4,9%
AM	14	22,6%
AP	2	12,5%
BA	14	3,4%
CE	7	3,8%
DF	1	100,0%
ES	1	1,3%
GO	13	5,3%
MA	103	47,5%
MG	23	2,7%
MS	0	0,0%
MT	4	2,8%
PA	5	3,5%
PB	53	23,8%
PE	6	3,2%
PI	3	1,3%
PR	16	4,0%
RJ	10	10,9%
RN	27	16,2%
RO	1	1,9%
RR	0	0,0%
RS	19	3,8%
SC	6	2,0%
SE	1	1,3%
SP	50	7,8%
TO	1	0,7%
Brasil	387	6,9%

Fonte: MUNIC-IBGE





As figuras 7, 8 e 9 a seguir mostram a distribuição territorial dos municípios com Bancos de Alimentos, Cozinhas Comunitárias e Restaurantes Populares.

Figura 7. Distribuição dos Municípios com Banco de Alimentos. Brasil, 2023.



Fonte: MUNIC-IBGE

Figura 8. Distribuição dos Municípios com Cozinhas Comunitárias. Brasil, 2023.



Fonte: MUNIC-IBGE





Figura 9. Distribuição dos Municípios com Restaurantes Populares. Brasil, 2023.



Fonte: MUNIC-IBGE

2.2. Apoio à produção orgânica e agroecológica e a agricultura familiar

Os dados da MUNIC também oferecem informações sobre os municípios que mantêm **atividades de apoio à produção orgânica ou agroecológica – capacitação, fomento ou outra forma de incentivo**.

Em 2023, cerca de metade dos municípios brasileiros (2.796) mantinham atividades de apoio à produção orgânica ou agroecológica, com destaque para Pernambuco, Paraná e Amapá, estados onde mais de 60% dos municípios dispunham de ações de apoio à produção orgânica ou agroecológica (Tabela 11).

Em relação aos **serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) para agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais, observou-se que quase 70% dos municípios do país (3.857) ofereciam serviços desse tipo**, com destaque para Amapá, Rio Grande do Sul, Paraíba, Mato Grosso do Sul e Alagoas, que contabilizaram mais de 80% de seus municípios com ações de ATER voltadas a esse público (Tabela 12). Essa capilaridade se explica, sobretudo, pela presença das Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERes) nos municípios brasileiros.





Tabela 11: Municípios com atividades de apoio à produção orgânica ou agroecológica, por UF, 2023.

UF	Mantém atividades de capacitação, fomento ou incentivo à produção orgânica e/ou agroecológica	
	Nº de municípios	%
AC	11	50,0%
AL	55	53,9%
AM	32	51,6%
AP	10	62,5%
BA	242	58,0%
CE	106	57,6%
DF	1	100,0%
ES	38	48,7%
GO	88	35,8%
MA	113	52,1%
MG	431	50,5%
MS	37	46,8%
MT	54	38,3%
PA	84	58,3%
PB	121	54,3%
PE	113	61,1%
PI	105	46,9%
PR	245	61,4%
RJ	50	54,3%
RN	75	44,9%
RO	22	42,3%
RR	5	33,3%
RS	268	53,9%
SC	137	46,4%
SE	29	38,7%
SP	252	39,1%
TO	72	51,8%
Brasil	2.796	50,2%

Fonte: MUNIC-IBGE

Tabela 12: Municípios com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural para agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais, por UF, 2023.

UF	ATER para agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais	
	Nº de municípios	%
AC	11	50,0%
AL	82	80,4%
AM	48	77,4%
AP	16	100,0%
BA	331	79,4%
CE	137	74,5%
DF	1	100,0%
ES	52	66,7%
GO	130	52,9%
MA	160	73,7%
MG	641	75,2%
MS	71	89,9%
MT	91	64,5%
PA	110	76,4%
PB	186	83,4%
PE	104	56,2%
PI	126	56,3%
PR	309	77,4%
RJ	53	57,6%
RN	127	76,1%
RO	33	63,5%
RR	8	53,3%
RS	419	84,3%
SC	209	70,9%
SE	26	34,7%
SP	291	45,1%
TO	85	61,2%
Brasil	3.857	69,2%

Fonte: MUNIC-IBGE

Nas figuras 10 e 11, são destacados, respectivamente, os municípios com atividades de capacitação, fomento e incentivo à produção orgânica e/ou agroecológica e os municípios com serviços de ATER para agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais.

Figura 10. Distribuição dos Municípios com atividades de capacitação, fomento ou incentivo à produção orgânica e/ou agroecológica. Brasil, 2023.



Fonte: MUNIC-IBGE





Figura 11. Distribuição dos Municípios com Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural para agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais. Brasil, 2023.



Fonte: MUNIC-IBGE

2.3. Doação de alimentos e Atividades relacionadas ao público do CadÚnico

Outra informação coletada pela MUNIC refere-se aos **municípios que realizavam doação de alimentos para grupos específicos e/ou povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais (PCTs)**. Como mostra a Tabela 13, **a pesquisa identificou que 36,1% dos municípios do país (2.010) reportaram ações desse tipo em 2023**. Entre os estados, Amazonas se destaca com 71% dos municípios realizando doações de alimentos aos públicos citados, seguido por Maranhão, Pará, Roraima, Sergipe, Alagoas e Bahia, todos com percentuais superiores a 50% de seus municípios. A Tabela 14 apresenta os percentuais, por UF, de **municípios que realizam atividades relacionadas ao público do Cadastro Único e/ou do Bolsa Família**:





Tabela 13: Municípios com doação de alimentos para grupos específicos e/ou povos indígenas, comunidades quilombolas e PCTs, por UF, 2023.

UF	Doação de alimentos para grupos específicos e/ou povos indígenas, comunidades quilombolas, e PCTs	
	Nº de municípios	%
AC	9	40,9%
AL	54	52,9%
AM	44	71,0%
AP	8	50,0%
BA	217	52,0%
CE	81	44,0%
DF	1	100,0%
ES	37	47,4%
GO	72	29,3%
MA	124	57,1%
MG	229	26,9%
MS	35	44,3%
MT	47	33,3%
PA	78	54,2%
PB	107	48,0%
PE	90	48,7%
PI	74	33,0%
PR	135	33,8%
RJ	26	28,3%
RN	58	34,7%
RO	24	46,2%
RR	8	53,3%
RS	162	32,6%
SC	42	14,2%
SE	40	53,3%
SP	161	25,0%
TO	47	33,8%
Brasil	2.010	36,1%

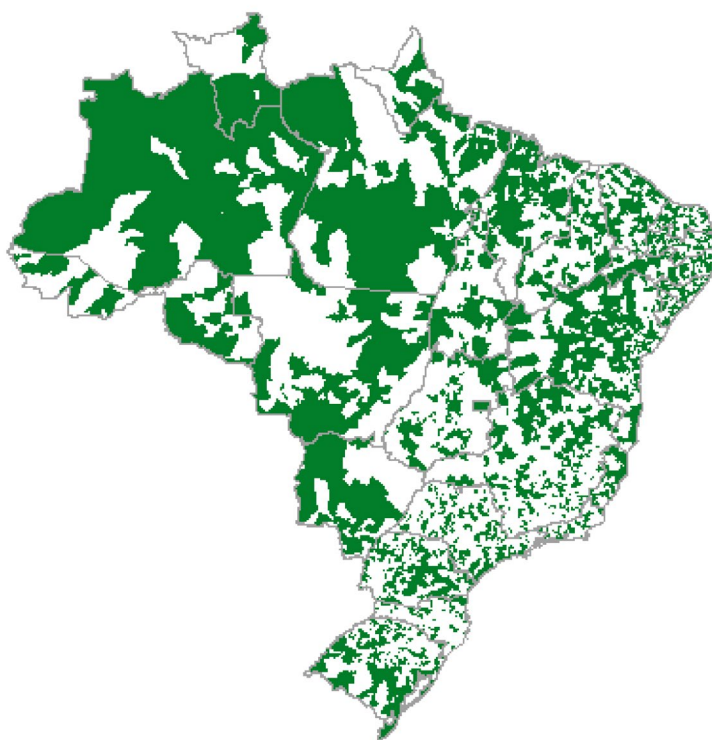
Fonte: MUNIC-IBGE

Tabela 14: Municípios com atividades relacionadas ao público do CadÚnico, por UF, 2023.

UF	Atividades relacionadas ao público do Cadastro Único e/ou Bolsa Família	
	Nº de municípios	%
AC	14	63,6%
AL	84	82,4%
AM	54	87,1%
AP	16	100,0%
BA	351	84,2%
CE	162	88,0%
DF	1	100,0%
ES	68	87,2%
GO	210	85,4%
MA	157	72,4%
MG	660	77,4%
MS	69	87,3%
MT	95	67,4%
PA	122	84,7%
PB	203	91,0%
PE	157	84,9%
PI	188	83,9%
PR	334	83,7%
RJ	72	78,3%
RN	141	84,4%
RO	45	86,5%
RR	14	93,3%
RS	400	80,5%
SC	209	70,9%
SE	64	85,3%
SP	497	77,1%
TO	125	89,9%
Brasil	4.512	81,0%

Fonte: MUNIC-IBGE

Figura 12. Distribuição dos Municípios com Doação de Alimentos a grupos específicos e/ou povos indígenas, comunidades quilombolas, e PCTs. Brasil, 2023.



Fonte: MUNIC-IBGE





Figura 13. Distribuição dos Municípios com atividades voltadas ao público do Cadastro Único e/ou Programa Bolsa Família. Brasil, 2023.



Fonte: MUNIC-IBGE

2.4. Atividades de EAN

Os municípios informaram ainda à MUNIC se promoviam **atividades de educação alimentar e nutricional. Também aqui a grande maioria dos municípios brasileiros (81,1%) reportou a oferta de atividades desse tipo:** como mostra a tabela 15, todos os estados registram proporções acima de 70% dos seus municípios com atividades de educação alimentar e nutricional. Na tabela 16, por outro lado, verificou-se a presença de **programas de hortas escolares nos municípios: 44,2% deles, em todo o país, dispõem de programas desse tipo (2.461):** Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pará, Paraíba, Mato Grosso do Sul e Goiás contabilizam mais

da metade de seus municípios com a existência de programas de hortas escolares.

Tabela 15: Municípios com atividades de educação alimentar e nutricional, por UF, 2023.			Tabela 16: Municípios com programas de hortas escolares, por UF, 2023.		
UF	Atividades de educação alimentar e nutricional		UF	Programa de hortas escolares	
	Nº de municípios	%		Nº de municípios	%
AC	16	72,7%	AC	8	36,4%
AL	81	79,4%	AL	44	43,1%
AM	48	77,4%	AM	24	38,7%
AP	16	100,0%	AP	8	50,0%
BA	323	77,5%	BA	196	47,0%
CE	166	90,2%	CE	91	49,5%
DF	1	100,0%	DF	1	100,0%
ES	60	76,9%	ES	26	33,3%
GO	202	82,1%	GO	127	51,6%
MA	159	73,3%	MA	71	32,7%
MG	706	82,8%	MG	353	41,4%
MS	66	83,5%	MS	41	51,9%
MT	109	77,3%	MT	61	43,3%
PA	110	76,4%	PA	77	53,5%
PB	187	83,9%	PB	114	51,1%
PE	148	80,0%	PE	91	49,2%
PI	192	85,7%	PI	78	34,8%
PR	358	89,7%	PR	157	39,4%
RJ	68	73,9%	RJ	49	53,3%
RN	141	84,4%	RN	50	29,9%
RO	39	75,0%	RO	23	44,2%
RR	12	80,0%	RR	5	33,3%
RS	423	85,1%	RS	274	55,1%
SC	239	81,0%	SC	164	55,6%
SE	61	81,3%	SE	29	38,7%
SP	477	74,0%	SP	233	36,1%
TO	112	80,6%	TO	66	47,5%
Brasil	4.520	81,1%	Brasil	2.461	44,2%

Fonte: MUNIC-IBGE





2.5. Apoio à produção urbana, orgânica e agroecológica e a agricultura familiar

Em relação às estratégias de apoio à agricultura, a MUNIC apurou o número dos municípios que promovem atividades de **agricultura urbana**, entendida, no contexto da pesquisa, como o cultivo de hortas comunitárias em terrenos urbanos. A tabela 17 indica que, em 2023, **23,1% dos municípios do país (1.287)** realizavam atividades desse tipo. Entre os estados, Amapá (68,8%), Pará (35,4%) e Maranhão (35,0%) despontam com os maiores percentuais de municípios que declararam promover atividades de agricultura urbana. A figura 14 ilustra a distribuição dos municípios que relataram desenvolver atividades de agricultura urbana.

Tabela 17: Municípios com atividades de agricultura urbana, por UF, 2023.

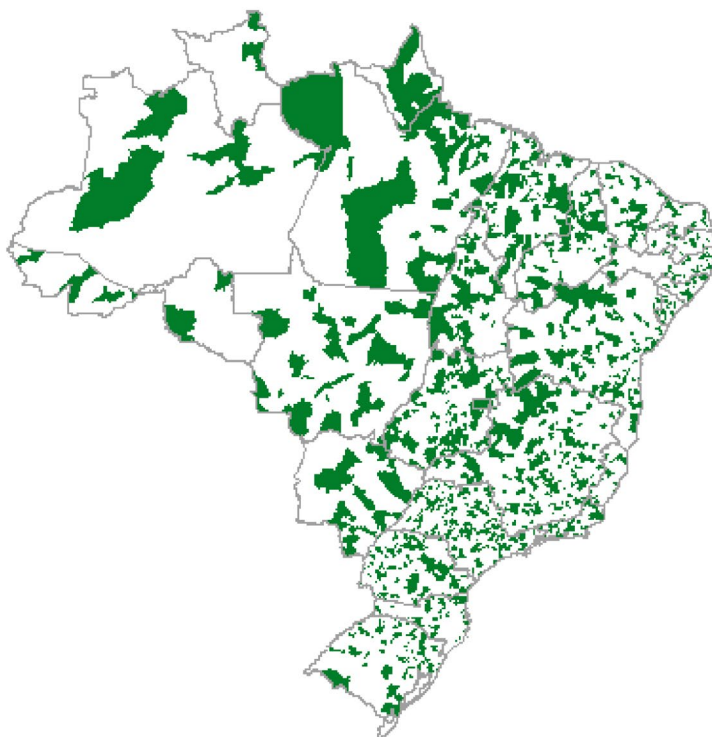
UF	Atividades de agricultura urbana	
	Nºde municípios	%
AC	5	22,7%
AL	27	26,5%
AM	14	22,6%
AP	11	68,8%
BA	85	20,4%
CE	40	21,7%
DF	1	100,0%
ES	11	14,1%
GO	71	28,9%
MA	76	35,0%
MG	196	23,0%
MS	25	31,6%
MT	28	19,9%
PA	51	35,4%
PB	32	14,3%
PE	35	18,9%
PI	59	26,3%
PR	100	25,1%
RJ	29	31,5%
RN	29	17,4%
RO	3	5,8%
RR	3	20,0%
RS	80	16,1%
SC	46	15,6%
SE	16	21,3%
SP	170	26,4%
TO	44	31,7%
Brasil	1.287	23,1%

Fonte: MUNIC-IBGE





Figura 14. Distribuição dos municípios com atividades de agricultura urbana. Brasil, 2023.



Fonte: MUNIC-IBGE

Os municípios ainda indicaram à MUNIC se operavam **programas de compras públicas da agricultura familiar**. Verificou-se que, nos estados, quase a totalidade dos municípios (96,1%) operavam programas de compras públicas da agricultura familiar. Esse resultado explica-se pela ampla presença do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios brasileiros³. Desde a Lei nº 11.947/2009, o PNAE estabelece que, no mínimo, 30% dos recursos federais repassados aos municípios para a alimentação escolar

³ Com efeito, segundo a MUNIC, 96,4% dos municípios do país têm programas de alimentação escolar.

devem ser destinados à compra de alimentos da agricultura familiar. Embora nem todos os municípios cumpram integralmente esse percentual⁴, o fato de adquirirem alimentos da produção familiar em alguma proporção já os inclui no mapa e na tabela. O segundo bloco da tabela 18 mostra justamente que **89,9% dos municípios do país realizam compras da agricultura familiar via PNAE**, com destaque para Amapá (100,0%), Paraná (96,2%), Minas Gerais (93,7%), Roraima (93,3%), Rio Grande do Sul (93,0%) e Pernambuco (92,4%), que respondem pelos maiores percentuais. O terceiro bloco da tabela 18 traz dados da presença do Programa de Aquisição da Agricultura Familiar (PAA) nos municípios: é possível observar que, **em quase metade dos municípios do país (46,3%), eram realizadas compras da agricultura familiar via PAA**. O Amapá (100,0%), Ceará (83,2%), Alagoas (68,6%), Tocantins (68,3%), Bahia (67,9%) e Pernambuco (67,6%) apresentam as maiores proporções de municípios com compras realizadas pelo PAA.

Como se pode ver no quarto e no quinto blocos da tabela, os programas estaduais (10,6%) e municipais (14,6%) de compras públicas da agricultura familiar tiveram menos incidência nos municípios.

4 Em 2022, último dado disponível, 3.273 municípios destinavam à compra de produtos da agricultura familiar, pelo menos, 30% dos recursos federais repassados pelo PNAE, mas 91% dos municípios do país compravam, mesmo que em menor proporção, alimentos de produtores familiares.





Tabela 18: Municípios com programas de compras públicas da agricultura familiar, por tipo de programa, UF, 2023.

UF	Programa de compras públicas da agricultura familiar		PNAE		PAA		Programas estaduais		Programas municipais	
	Nº de municípios	%	Nº de municípios	%	Nº de municípios	%	Nº de municípios	%	Nº de municípios	%
AC	20	90,9%	17	77,3%	10	45,5%	1	4,5%	2	9,1%
AL	102	100,0%	92	90,2%	70	68,6%	6	5,9%	10	9,8%
AM	58	93,5%	53	85,5%	34	54,8%	4	6,5%	10	16,1%
AP	16	100,0%	16	100,0%	16	100,0%	9	56,3%	15	93,8%
BA	409	98,1%	382	91,6%	283	67,9%	30	7,2%	61	14,6%
CE	179	97,3%	164	89,1%	153	83,2%	26	14,1%	20	10,9%
DF	1	100,0%	1	100,0%	1	100,0%		0,0%	1	100,0%
ES	77	98,7%	69	88,5%	47	60,3%	43	55,1%	7	9,0%
GO	225	91,5%	206	83,7%	87	35,4%	13	5,3%	20	8,1%
MA	212	97,7%	190	87,6%	166	76,5%	45	20,7%	35	16,1%
MG	829	97,2%	799	93,7%	267	31,3%	47	5,5%	132	15,5%
MS	78	98,7%	70	88,6%	37	46,8%	10	12,7%	16	20,3%
MT	125	88,7%	120	85,1%	35	24,8%	3	2,1%	20	14,2%
PA	140	97,2%	119	82,6%	108	75,0%	8	5,6%	7	4,9%
PB	220	98,7%	203	91,0%	139	62,3%	24	10,8%	29	13,0%
PE	182	98,4%	171	92,4%	125	67,6%	21	11,4%	19	10,3%
PI	211	94,2%	195	87,1%	107	47,8%	12	5,4%	30	13,4%
PR	396	99,2%	384	96,2%	236	59,1%	116	29,1%	67	16,8%
RJ	79	85,9%	72	78,3%	16	17,4%	2	2,2%	12	13,0%
RN	164	98,2%	153	91,6%	95	56,9%	20	12,0%	20	12,0%
RO	48	92,3%	44	84,6%	43	82,7%	11	21,2%	13	25,0%
RR	15	100,0%	14	93,3%	10	66,7%	2	13,3%	3	20,0%
RS	482	97,0%	462	93,0%	126	25,4%	33	6,6%	94	18,9%
SC	288	97,6%	269	91,2%	74	25,1%	13	4,4%	51	17,3%
SE	70	93,3%	64	85,3%	42	56,0%	8	10,7%	13	17,3%
SP	596	92,4%	557	86,4%	157	24,3%	59	9,1%	92	14,3%
TO	131	94,2%	121	87,1%	95	68,3%	23	16,5%	15	10,8%
Brasil	5.353	96,1%	5.007	89,9%	2.579	46,3%	589	10,6%	814	14,6%

Fonte: MUNIC-IBGE

O mapa a seguir (Figura 15) ilustra a cobertura das políticas de compra pública da agricultura familiar em municípios brasileiros.

Figura 15. Distribuição dos Municípios com programas de compras públicas da agricultura familiar. Brasil, 2023.



Fonte: MUNIC-IBGE

Por fim, a MUNIC revela ainda a existência de programa de cisternas nos municípios do país. **A tabela 19 mostra que, em 2023, 27,6% dos municípios brasileiros contavam com programas de cisternas.** Como o programa federal tem atuação mais concentrada na região do Semiárido, estados da região Nordeste – Paraíba (82,1%), Ceará (70,1%), Rio Grande do Norte (68,9%), Pernambuco (61,6%) e Bahia (51,1%) – se destacam com os maiores percentuais de municípios com a presença de cisternas.





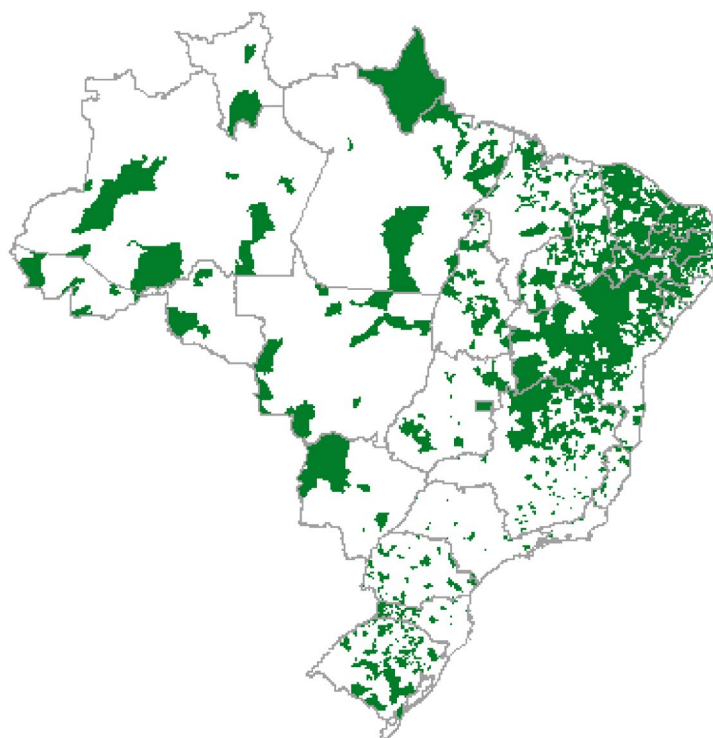
Tabela 19: Municípios com programa Cisternas, UF, 2023.

UF	Programa cisternas, incluindo água para consumo e produção	
	Nº de municípios	%
AC	7	31,8%
AL	49	48,0%
AM	8	12,9%
AP	16	100,0%
BA	213	51,1%
CE	129	70,1%
DF	1	100,0%
ES	14	18,0%
GO	16	6,5%
MA	52	24,0%
MG	143	16,8%
MS	5	6,3%
MT	9	6,4%
PA	24	16,7%
PB	183	82,1%
PE	114	61,6%
PI	92	41,1%
PR	44	11,0%
RJ	4	4,4%
RN	115	68,9%
RO	3	5,8%
RR	2	13,3%
RS	158	31,8%
SC	69	23,4%
SE	24	32,0%
SP	13	2,0%
TO	33	23,7%
Brasil	1540	27,6%

Fonte: IBGE

O Mapa 16, mostrando a disposição dos municípios com programa Cisternas, realça a concentração do programa no Semiárido, onde as ações do programa se concentram.

Figura 16. Distribuição dos Municípios com Programa Cisternas. Brasil, 2023.



Fonte: IBGE

A MUNIC investiga também qual a principal fonte dos recursos que custeiam as ações de SAN nos municípios: se são recursos federais, estaduais ou municipais, combinados ou exclusivamente. A seção seguinte analisa os resultados agregados para essa dimensão.





3.

Fonte dos recursos para manutenção de ações e equipamentos de SAN

Esta seção propõe analisar as fontes de recursos que custeiam as ações e equipamentos de segurança alimentar e nutricional nos municípios. A MUNIC permite saber se as ações e equipamentos contam exclusivamente com recursos federais, estaduais, municipais ou se são financiadas por uma combinação dessas três fontes, mas não traz informações sobre o montante de recursos aplicados, por essas instâncias, na manutenção dessas ações e equipamentos. Menos que verificar como essas fontes de financiamento variam por município dentro dos estados, o objetivo dessa análise é observar como determinadas ações e equipamentos podem ter um perfil preponderante de financiamento no país, ora com maior participação de recursos exclusivamente municipais, ora com maior participação de recursos federais ou estaduais. Para realçar as estratégias de custeio das políticas de SAN, as tabelas a seguir classificam a fonte de recursos das ações e equipamentos em seis tipos: “somente recursos federais”, “somente recursos estaduais”, “somente recursos municipais”, “recursos federais + recursos municipais”, “recursos estaduais + municipais”, “outras combinações”.

A tabela 20 mostra como as ações de **manutenção de feiras livres/populares ou de mercado público de alimentos** e de **manutenção de equipamentos de abastecimento público de alimentos (Ceasas, entrepostos)** se diferenciam, nos municípios, em relação às fontes de recursos que as custeiam. Pode-se verificar que, no caso das **feiras livres/populares ou de mercado público de alimentos, em 87,9% dos 3.689 municípios que dispõem desses equipamentos a principal fonte de recursos que os mantém é exclusivamente municipal:** ou seja, trata-se de uma política presente em 66,2% dos 5.570 municípios do país e preponderantemente mantida *somente* com recursos municipais. Essa maior participação dos recursos municipais se verifica também, ainda que em menor escala e com cobertura territorial bem menor, **na manutenção dos equipamentos de abastecimento público de alimentos (Ceasas, entrepostos),** apresentada na tabela 21: **dos 429 municípios do país**

que registram a existência de tais equipamentos, em 60,4% eles são mantidos somente por recursos municipais. O fato de, tanto na manutenção de feiras e mercados públicos como na manutenção de equipamentos públicos de alimentos, a segunda principal fonte de recursos ser uma combinação de recursos estaduais e municipais reforça o caráter fortemente municipalizado dessas políticas.

Tabela 20: Municípios com feiras livres/ populares ou mercados públicos de alimentos, por fonte de recursos, 2023.

Fonte dos recursos	Municípios que mantêm feiras livres/populares ou mercados públicos de alimentos	%
Somente recursos federais	45	1,2%
Somente recursos estaduais	63	1,7%
Somente recursos municipais	3.243	87,9%
Recursos federais + municipais	67	1,8%
Recursos estaduais + municipais	159	4,3%
Outra combinação	112	3,0%
Total	3.689	100,0%

Tabela 21: Municípios com equipamentos de abastecimento público, por fonte de recursos, 2023

Fonte dos recursos	Municípios que mantêm equipamentos de abastecimento público de alimentos	%
Somente recursos federais	26	6,1%
Somente recursos estaduais	35	8,2%
Somente recursos municipais	259	60,4%
Recursos federais + municipais	19	4,4%
Recursos estaduais + municipais	49	11,4%
Outra combinação	41	9,6%
Total	429	100,0%

Fonte: IBGE

Mais abaixo, é possível observar como se dá, nos municípios, o financiamento de três dos principais equipamentos de SAN: bancos de alimentos, cozinhas comunitárias e restaurantes populares. Os bancos de alimentos são estruturas físicas e logísticas voltadas a combater o desperdício de alimentos por meio da captação, seleção e destinação de alimentos a famílias em vulnerabilidade social. As cozinhas comunitárias são equipamentos de SAN que têm por





objetivo produzir e disponibilizar, de forma gratuita ou a baixo custo, refeições adequadas e saudáveis, com prioridade para pessoas em situação de vulnerabilidade social: cada cozinha comunitária fornece, no mínimo, 100 refeições diárias. Os restaurantes populares, por sua vez, ampliam a oferta de refeições a preços acessíveis, à população de baixa renda, geralmente em municípios com mais de 100 mil habitantes que apresentem elevado número de pessoas em situação de pobreza. Os três equipamentos integram a estrutura operacional do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

A tabela 22 mostra que, **em 54,2% dos 581 municípios que têm bancos de alimentos este tipo de equipamento é mantido somente com recursos municipais**. Em 11,9% dos municípios, a manutenção deles é provida por recursos municipais combinados recursos federais, o que indica que, no caso dos bancos de alimentos, a participação dos municípios no financiamento é dominante, secundada pelo apoio dos recursos federais e com menor contribuição dos estados. A tabela 23 aponta que, **no caso das cozinhas comunitárias, mais da metade (50,4%) dos 512 municípios que têm esse equipamento bancam com recursos próprios seu funcionamento**, mas que os estados respondem por parte relevante desse apoio financeiro: sozinhos, em 17% dos municípios com cozinhas comunitárias, e somando recursos estaduais com recursos municipais em 19,9% deles; os recursos federais apoiam cozinhas comunitárias apenas numa parcela pequena dos municípios.

Tabela 22: Municípios que mantêm banco de alimentos, por fonte de recursos, 2023.

Fonte dos recursos	Bancos de Alimentos	
	Nº de municípios	%
Somente recursos federais	47	8,1%
Somente recursos estaduais	34	5,9%
Somente recursos municipais	315	54,2%
Recursos federais + municipais	69	11,9%
Recursos federais + municipais	69	11,9%
Recursos estaduais + municipais	38	6,5%
Outra combinação	78	13,4%
Total	581	100,0%

Tabela 23: Municípios que mantêm cozinhas comunitárias, por fonte de recursos, 2023.

Fonte dos recursos	Cozinhas Comunitárias	
	Nº de municípios	%
Somente recursos federais	13	2,5%
Somente recursos estaduais	87	17,0%
Somente recursos municipais	258	50,4%
Recursos federais + municipais	17	3,3%
Recursos federais + municipais	17	3,3%
Recursos estaduais + municipais	102	19,9%
Outra combinação	35	6,8%
Total	512	100,0%

Tabela 24: Municípios que mantêm restaurantes populares, por fonte de recursos, 2023.

Fonte dos recursos	Restaurantes Populares	
	Nº de municípios	%
Somente recursos federais	12	3,1%
Somente recursos estaduais	167	43,2%
Somente recursos municipais	131	33,9%
Recursos federais + municipais	8	2,1%
Recursos federais + municipais	8	2,1%
Recursos estaduais + municipais	49	12,7%
Outra combinação	20	5,2%
Total	387	100,0%

Fonte: IBGE





Trazendo informações sobre os restaurantes populares, a tabela 24 aponta que, **dos 387 municípios do país onde esses equipamentos estão presentes, em 43,2% os recursos que garantem seu funcionamento são estaduais**; em 33,9% dos municípios são estes próprios que se responsabilizam pela manutenção dos restaurantes populares. Em relação especificamente aos restaurantes populares, essa diferença se explica pelo peso da participação dos municípios maranhenses sobre o total de municípios com restaurantes populares: com efeito, $\frac{1}{4}$ dos municípios do país que têm esse equipamento estão no Maranhão, onde essa política é mantida, fundamentalmente, com recursos estaduais.

As tabelas 25 e 26 apresentam os dados de fonte de recursos para ações de apoio à produção orgânica e agroecológica e de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) para agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais (PCTs) nos municípios. Na primeira, nota-se que, **dos 2.796 municípios que mantêm atividades de apoio à produção orgânica ou agroecológica, 61,1% promovem essas ações com recursos próprios**. Já no que diz respeito **aos serviços de ATER para agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais**, oferecidos em 3.857 municípios do país, **recursos estaduais e municipais respondem pela maior parte do apoio financeiro: 37,9% dos municípios custeiam esses serviços com recursos próprios, em 20% deles são recursos estaduais que financiam a ATER e em 22,4% dos municípios com tais serviços estes são mantidos com recursos estaduais e municipais**. O fato de as EMATERes atuantes nos municípios poderem ser municipais ou estaduais explica tais resultados.

Tabela 25: Municípios com apoio à produção orgânica ou agroecológica, 2023.

Fonte dos recursos	Municípios com apoio à produção orgânica ou agroecológica	
	N. de municípios	%
Somente recursos federais	186	6,7%
Somente recursos estaduais	222	7,9%
Somente recursos municipais	1.709	61,1%
Recursos federais + municipais	171	6,1%
Recursos estaduais + municipais	219	7,8%
Outra combinação	289	10,3%
Total	2.796	100,0%

Tabela 26: Municípios com serviços de ATER para agricultores familiares e PCTs, 2023.

Fonte dos recursos	Municípios com serviços de ATER para agricultores familiares e PCTs	
	N. de municípios	%
Somente recursos federais	206	5,3%
Somente recursos estaduais	772	20,0%
Somente recursos municipais	1.463	37,9%
Recursos federais + municipais	179	4,6%
Recursos estaduais + municipais	863	22,4%
Outra combinação	374	9,7%
Total	3.857	100,0%

Fonte: IBGE

No que diz respeito à doação de alimentos, como se pode ver na tabela 27, **a maior parte dos municípios (38,8% do total de 2.010) emprega somente recursos próprios na provisão dessa ação**, mas os recursos federais têm, também, participação relevante, o que reflete, neste caso, as operações do programa Ação de Distribuição de Alimentos (ADA), e, naquele, a concessão de benefícios assistenciais eventuais, que podem assumir a forma de distribuição de cestas de alimentos. Ainda no que se refere às ações municipais junto a públicos vulneráveis, a tabela 28 indica que, **dos 4.512 municípios que reportam atividades relacionadas ao público do CadÚnico, 26,4% usam somente recursos municipais nessas atividades, ao passo que 25,7% dos municípios afirmam usar recursos federais somados aos seus próprios para realizá-las**. Como visto, essas atividades se referem, na maior parcela dos municípios, ao encaminhamento das famílias às redes de serviços de assistência, saúde e





educação, o que vai justamente ao encontro dos dados relacionados às fontes de recurso, uma vez que essas redes operam grande parte de seus serviços nos municípios com cofinanciamento federal.

Tabela 27: Municípios com doação de alimentos para grupos específicos e/ou povos indígenas, comunidades quilombolas e PCTs, 2023		
Fonte dos recursos	Municípios com doação de alimentos para grupos específicos e/ou povos indígenas, comunidades quilombolas e PCTs	
	Nº de municípios	%
Somente recursos federais	292	14,5%
Somente recursos estaduais	172	8,6%
Somente recursos municipais	779	38,8%
Recursos federais + municipais	174	8,7%
Recursos estaduais + municipais	216	10,7%
Outra combinação	377	18,8%
Total	2.010	100,0%

Tabela 28: Municípios com atividades relacionadas ao público do Cadastro Único, 2023		
Fonte dos recursos	Municípios com atividades relacionadas ao público do CadÚnico	
	Nº de municípios	%
Somente recursos federais	840	18,6%
Somente recursos estaduais	85	1,9%
Somente recursos municipais	1.190	26,4%
Recursos federais + municipais	1.158	25,7%
Recursos estaduais + municipais	194	4,3%
Outra combinação	1.045	23,2%
Total	4.512	100,0%

Fonte: IBGE

Para o custeio de três outras ações – **ações de educação alimentar e nutricional, programas de hortas escolares e ações de agricultura urbana** –, a maior parte dos municípios afirma empregar apenas recursos próprios. **Dos 4.520 municípios que realizam ações de educação alimentar e nutricional, 54,8% usam somente recursos municipais** e outros 16,4% usam recursos municipais e federais para desenvolvê-las. **Nos programas de hortas escolares e nas ações de agricultura urbana** (entendidas, no contexto da MUNIC, como hortas comunitárias em espaço urbano), **mais de 80% dos muni-**

cípios que promovem tais atividades financiam-nas exclusivamente com recursos próprios. As duas são, portanto, políticas de SAN marcadamente municipais.

Tabela 29: Municípios com ações de educação alimentar e nutricional, 2023.

Fonte dos recursos	Municípios com educação alimentar e nutricional	
	N. de municípios	%
Somente recursos federais	416	9,2%
Somente recursos estaduais	101	2,2%
Somente recursos municipais	2.477	54,8%
Recursos federais + municipais	741	16,4%
Recursos estaduais + municipais	172	3,8%
Outra combinação	613	13,6%
Total	4.520	100,0%

Tabela 30: Municípios com programas de hortas escolares, 2023.

Fonte dos recursos	Municípios com programas de hortas escolares	
	N. de municípios	%
Somente recursos federais	80	3,3%
Somente recursos estaduais	50	2,0%
Somente recursos municipais	2.059	83,7%
Recursos federais + municipais	112	4,6%
Recursos estaduais + municipais	75	3,0%
Outra combinação	85	3,5%
Total	2.461	100,0%

Tabela 31: Municípios com ações de agricultura urbana, 2023.

Fonte dos recursos	Municípios com agricultura urbana	
	N. de municípios	%
Somente recursos federais	23	1,8%
Somente recursos estaduais	22	1,7%
Somente recursos municipais	1.095	85,1%
Recursos federais + municipais	40	3,1%
Recursos estaduais + municipais	52	4,0%
Outra combinação	55	4,3%
Total	1.287	100,0%

Fonte: IBGE





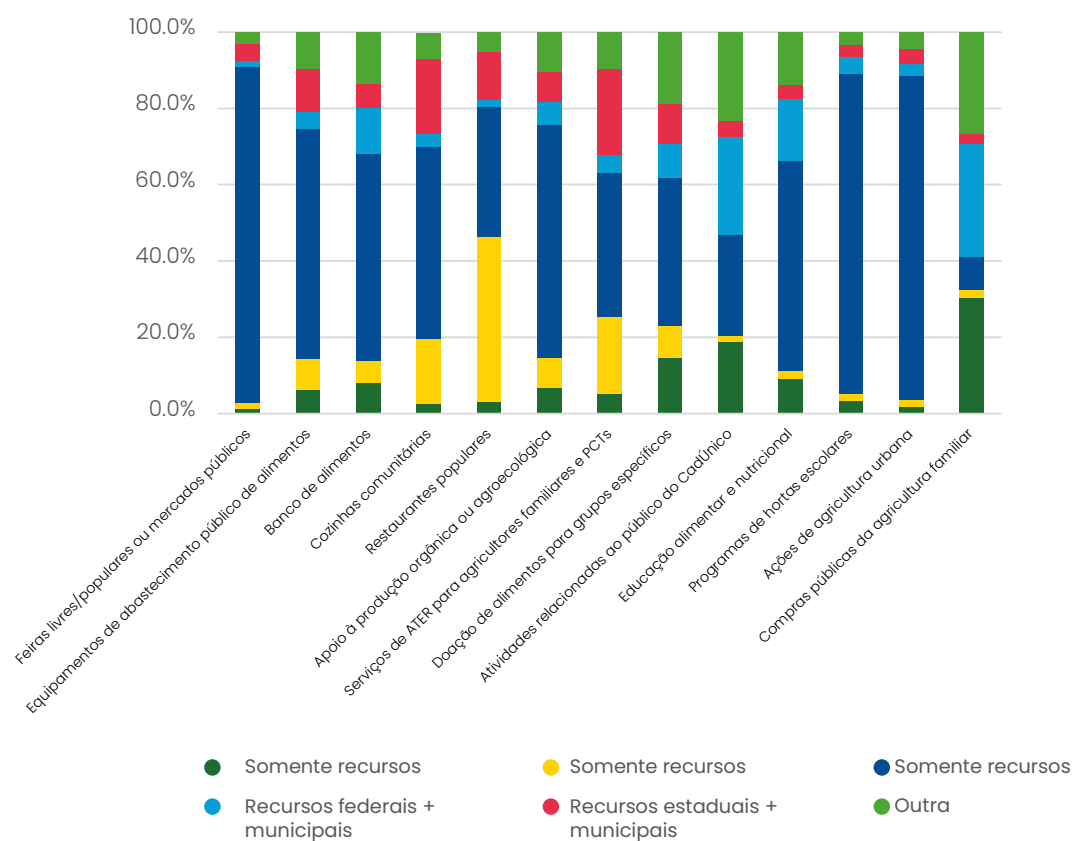
Os dados referentes às fontes de recursos dos programas de compras públicas da agricultura familiar em funcionamento nos municípios refletem, também, a tipologia destes: como foi observado, o fato de esses programas estarem presentes na quase totalidade dos municípios brasileiros (5.353) responde à ampla capilaridade do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no território, e é também o peso desse programa que explica porque, **em 29,9% dos municípios com compra pública da agricultura familiar, esta política é custeada por recursos federais e municipais combinados. Em 30,2% deles, porém, os recursos operados são somente federais**, um reflexo das operações do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), cujo financiamento é exclusivamente federal.

Tabela 32: Municípios com programas de compras públicas da agricultura familiar, 2023.		
Fonte dos recursos	Municípios com programas de compras públicas da agricultura familiar	
	N. de municípios	%
Somente recursos federais	1618	30,2%
Somente recursos estaduais	120	2,2%
Somente recursos municipais	461	8,6%
Recursos federais + municipais	1600	29,9%
Recursos estaduais + municipais	127	2,4%
Outra combinação	1427	26,7%
Total	5.353	100,0%

Fonte: IBGE

É importante sublinhar mais uma vez que os resultados examinados nessa seção não trazem informações específicas quanto aos valores e às proporções correspondentes aos recursos federais, estaduais e municipais destinados à manutenção das ações e equipamentos de SAN nos municípios. Não é possível, portanto, comparar os valores aplicados pelas três esferas nas políticas de SAN. O que os dados acima permitem ver é, a partir da fonte de recursos, as ações que operam mais sob a alçada dos municípios que dos demais entes. O gráfico 1, a seguir, sintetizando os dados relativos às fontes de recursos, oferece um panorama do grau de municipalização do Sisan no território por tipo de ação ou equipamento de SAN:

Gráfico 1: Ações e equipamentos de SAN por



Fonte: MUNIC-IBGE





Como se pode verificar, os municípios respondem, sozinhos, pelo financiamento da maior parte de ações e equipamentos de SAN operados em seus territórios: é o caso, sobretudo, da manutenção de feiras livres/populares ou mercados públicos, da manutenção de equipamentos de abastecimento público de alimentos, dos bancos de alimentos e das cozinhas comunitárias, do apoio à produção agroecológica, da educação alimentar e nutricional, dos programas de hortas escolares e da agricultura urbana.

4.

Considerações finais

Os dados aqui analisados mostram como os componentes do Sisan se institucionalizam e operam nos municípios brasileiros. A ampla cobertura da MUNIC, que abrange a totalidade dos municípios, oferece um panorama censitário dos elementos componentes desse sistema no território do país.

Foi possível verificar o nível de capilaridade e adensamento desses elementos nos municípios. Inicialmente, foi analisada a institucionalidade da agenda de SAN: o lócus dessa agenda na administração municipal, a existência de instâncias como os Comseas e Caisans, e a presença de normativos que a formalizam e efetivam a agenda de SAN no âmbito municipal. Os dados indicaram que, em 2023, quase metade dos municípios – 2.799 – dispunham de uma estrutura ou órgão gestor específico na área de segurança alimentar e nutricional. Contudo, apenas 18 municípios apresentaram uma secretaria exclusiva para a área. Em 2.433 municípios, o órgão responsável pela agenda de SAN estava subordinado a outra secretaria: em 3/5 destes, o órgão gestor de SAN era um setor subordinado à secretaria de Assistência Social.

Além disso, os resultados mostraram que 1.836 municípios (1/3 do total) dispunham de leis municipais de SAN, enquanto 1.048 municípios (18,8%) contavam com Planos Municipais de SAN vigentes. Quanto às instâncias do Sisan, a MUNIC revelou que 44,9% dos municípios tinham Consea, mas em apenas 27,9% desses municípios os Conseas estavam ativos. Já as Caisans estavam presentes em 1.034 municípios (ou 18,6% do total), mas somente 1/3 destes destinavam recursos ao funcionamento delas.

Em relação aos equipamentos, os dados apresentados demonstraram que 3.689 municípios (66,2% do total) tinham feiras livres/populares ou mercados públicos de alimentos; destes municípios, 87,9% mantinham esses equipamentos somente com recursos municipais. Por outro lado, apenas 429 municípios tinham centros de abastecimento ou entrepostos (como CEASAS): em 60,4% destes a fonte de recursos era exclusivamente municipal. A MUNIC também identificou que os bancos de alimentos estavam presentes em 581 municípios (10,4% do total), as cozinhas comunitárias em 512 (9,2%) e os restaurantes populares em 387 (6,9%). Nos casos dos bancos de





alimentos e das cozinhas comunitárias, pouco mais da metade dos municípios que dispunham desses equipamentos os financiavam exclusivamente com recursos municipais. Já os restaurantes populares, em 43,2% dos municípios que os possuíam, contavam com recursos exclusivamente estaduais para sua manutenção, dado que reflete o fato de que um quarto desses municípios se localizavam no Maranhão, onde a política de instalação de restaurantes populares é estadual.

Quanto às ações de SAN, cerca de metade dos municípios brasileiros (2.796) referiram realizar atividades de apoio à produção orgânica ou agroecológica (capacitação, fomento etc.). Desse total, 61,1% promoviam essas ações com recursos próprios. Serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) para agricultores familiares e PCTs eram oferecidos por quase 70% dos municípios do país (3.857); em 37,9% desses, financiados com recursos próprios.

A MUNIC captou também que 2.010 municípios realizaram ações de doação de alimentos para grupos específicos e/ou povos indígenas, comunidades quilombolas e PCTs: 38,8% deles usavam somente recursos próprios nessa ação. Além disso, 81% dos municípios brasileiros (4.512) ofereciam atividades específicas ao público do CadÚnico e/ou do Bolsa Família, a maior parte deles (64,1% do total do país), encaminhando as famílias às redes de serviços de assistência, saúde e educação. Nessas ações, $\frac{1}{4}$ dos municípios utilizaram somente recursos municipais, ao passo que outro $\frac{1}{4}$ empregava nelas recursos federais e municipais.

A grande maioria dos municípios (81,1%) reportou ainda a oferta de atividades de educação alimentar e nutricional; 54,8% deles empregavam somente recursos próprios para financiamento dessas atividades. Por outro lado, apenas 44,2% dos municípios têm programas de hortas escolares, e, desse grupo, 80% custeiam essas atividades somente com recursos próprios. A proporção dos municípios que tinham atividades de agricultura urbana era de 23,1%; na grande maioria deles (85%), somente recursos municipais bancam essas atividades.

Em relação às ações voltadas para a produção de alimentos e o fortalecimento da agricultura urbana, agroecológica, orgânica e familiar, os dados evidenciaram que 23,1% dos municípios implementaram atividades de agricultura urbana, a grande maioria deles (85%) financiando exclusivamente com recursos municipais tais atividades. Os programas de compras públicas da agricultura familiar estavam presentes na quase todos os municípios (96,1%), grande parte em virtude do PNAE, que alcançou 89,9% dos municípios bra-

sileiros, e da exigência legal que determina que, no mínimo, 30% dos recursos federais transferidos aos municípios para a alimentação escolar devem ser destinados à compra de produtos da agricultura familiar. Por essa razão, em 29,9% dos municípios com compra pública da agricultura familiar, a política era operada com recursos federais e municipais. Em outros 30%, os recursos da política são somente federais, um reflexo da presença do PAA, cujo orçamento é inteiramente federal, nos municípios.

Portanto, pode-se dizer que o panorama oferecido pela MUNIC demonstra não apenas o grau de capilaridade e enraizamento das políticas de segurança alimentar e nutricional nos municípios – por meio de suas instâncias, normativos, ações e equipamentos –, mas também o papel dos municípios, por meio da destinação de recursos, na manutenção dessas políticas. Tais informações são essenciais para aferir o nível de consolidação dos componentes do Sisan no território e traçar estratégias para a expansão e qualificação da oferta de ações, equipamentos e serviços de segurança alimentar e nutricional em todo o país.





MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

